



“AVALIAÇÃO” E “SELEÇÃO” NA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA: entre o conceito e o termo

The terms “appraisal” and “weeding” in brazilian Archival Science: between concept and term

GABRIEL DA SILVA BARROS¹

Resumo

Examina os termos “avaliação” e “seleção” e suas definições na terminologia arquivística brasileira, além dos conceitos “avaliação” e “seleção” expressos em instrumentos práticos de gestão de documentos. Nesse sentido, possui como objetivo investigar a estrutura da definição conceitual e a estrutura da definição terminológica de “avaliação” e “seleção” na arquivologia brasileira. Apresenta como metodologia uma revisão de literatura, levantamento bibliográfico e, também, uma análise documental dos já citados instrumentos de gestão. Como parte dos resultados, identifica a falta de um consenso e consequente padronização terminológica na arquivologia brasileira, sobretudo em relação aos conceitos e termos analisados, e destaca o quanto esse fato pode representar malefícios às práticas em arquivos..

Palavras-chave

Arquivologia. Terminologia. Avaliação. Seleção.

Abstract

This article analyzes the terms “appraisal” and “weeding” and their definitions in Brazilian archival terminology, in addition, also analyzes the concepts “evaluation” and “selection” expressed in practical instruments of document management. In this sense, it aims to investigate the structure of the conceptual definition and the structure of the terminological definition of “appraisal” and “weeding” in Brazilian archival science. It presents as a methodology a literature review, a bibliographic survey, and, also, a documental analysis of the instruments of document

¹ Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). E-mail: gabriel_barros@id.uff.br.



management. As part of the results, it identifies the lack of consensus and consequent terminological standardization in Brazilian archival science, especially about the concepts and terms analyzed, and highlights how this fact can represent harm to archival practices. It is important to increase that the English term "appraisal" is equivalent to "appraisal", in Portuguese, and doesn't exist match an English term with the Portuguese term "weeding".

Keywords

Archival Science. Terminology. Appraisal. Weeding.

1 INTRODUÇÃO

Mais delicado que debater sobre questões conceituais que envolvem dois ou mais termos no interior de uma área de especialidade, é debater sobre a própria ideia do que vem a ser um "conceito" e do que vem a ser um "termo".

Muito embora essas concepções carreguem consigo constructos que estão inseridos em nosso senso comum, enquanto falantes da linguagem geral/natural, não é ideal acatar uma acepção ou outra para determinadas análises, em especial naquelas voltadas à terminologia de uma disciplina.

Antes, sobretudo, de adentrarmos nesse debate cabe citar a polissemia quanto à palavra "terminologia" que, comumente na literatura especializada, ao ser grafada com t minúsculo diz respeito ao conjunto de termos e definições; ao vocabulário propriamente dito de uma disciplina ou área de especialidade, e, ao ser apresentada com a grafia em T maiúsculo, refere-se ao campo disciplinar que se ocupa do estudo do termo e sua definição, a Terminologia, conforme também é adotado por Krieger e Finatto (2004).

Esse destaque merece nossa atenção aqui pois é a Terminologia quem nos dará fundamentação teórica para a concepção de "conceito", uma vez que entendemos que outras disciplinas são capazes de também possibilitar tal fundamentação, como a Linguística, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, conforme apresentado por Maculan e Lima (2017). Além disso, é também a Terminologia a área de estudos apta a definir o que vem a ser um "termo", posto que esse é o seu principal objeto de estudo.

Uma vez introduzido o primeiro debate ao qual nos proporemos em delinear neste artigo, cabe citar àquele que será medular aqui, o discurso do que vem a ser o conceito e o termo "avaliação" na Arquivologia e o que vem ser, também, o conceito e o termo "seleção" na mesma área.

Compete mencionar, como ponto de partida, que a "avalição" é, junto da

criação, classificação, aquisição, descrição, conservação e difusão, uma das sete funções arquivísticas, conforme nos apresenta Jean-Yves Rosseau e Carol Couture (1994) na obra *Les fondements de la discipline archivistique*, e conforme é abordado por autores como Santos (2007) que distribui essas funções em: criação/produção, classificação, avaliação, aquisição, descrição, preservação/conservação e difusão/acesso.

Em relação a “seleção” é pertinente destacar que ela carrega consigo uma visão que não parece ser unânime na Arquivologia, uma vez que pode ser entendida como meramente uma etapa mecânica da avaliação, quando considerada enquanto um processo.

Desse modo, conforme já tratamos, nos debruçaremos na investigação sobre os conceitos e os termos “avaliação” e “seleção” em seção específica neste artigo, visto que nosso objetivo aqui é investigar a estrutura da definição conceitual e a estrutura da definição terminológica de “avaliação” e “seleção” na Arquivologia brasileira.

Cabe explicitar que essa pesquisa é motivada pelo questionamento de se a avaliação vem a ser uma função arquivística puramente intelectual, quando se preocupa com a destinação de documentos de arquivo; ou se essa pode ser entendida enquanto também uma função portada de práticas explicitamente pautadas na efetiva eliminação ou recolhimento de documentos de arquivo. E, em complemento a esse questionamento, indagamos e buscamos examinar se essas práticas, então, podem ser denominadas de “seleção”, enquanto uma etapa do processo de avaliação de documentos.

Metodologicamente nos utilizaremos de uma revisão de literatura e de um levantamento bibliográfico para debater sobre as concepções de “conceito” e “termo”. Para examinar os termos “avaliação” e “seleção” recorreremos à dois importantes dicionários de terminologia arquivística brasileiros, o Dicionário de terminologia arquivística, de Camargo e Bellotto (1996), e o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (DIBRATE), do Arquivo Nacional (2005). Já para investigar a conceituação de “avaliação” e “seleção”, adotaremos uma análise documental dos instrumentos “Gestão documental aplicada” (Bernardes, 2008), do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), e o “Manual de gestão de documentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro” (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012), do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ).

Compete explicar que a escolha desses instrumentos se justifica por uma decisão análoga à dos dicionários terminológicos, não por serem esses instrumentos “importantes” como os dicionários, mas por terem sido produzidos no contexto de dois Arquivos Estaduais da Região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), que também



são os estados de origem dos mesmos dicionários utilizados no estudo. Obviamente, ao citarmos isso, não estamos afirmando que o local de produção dos instrumentos tem relação com a ideologia metodológica de elaboração, contudo, acreditamos ser esse um recorte relevante, principalmente por também possibilitar uma análise sob o crivo metodológico e ideológico.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 "Conceito" e "termo" na Terminologia

Na Terminologia, o "conceito", aqui também entendido enquanto "noção", é definido como "[...] uma unidade de pensamento constituída por um conjunto de características atribuídas a um objeto ou a uma classe de objetos e que pode se exprimir por um termo ou por um símbolo" (Boutin-Quesnel, 1985, p. 18 *apud* Barros, 2004, p. 106).

Desse modo, o conceito, ao lado do termo, constrói a unidade lexical, sendo o primeiro, o conteúdo dela, e, o segundo, a sua expressão.

Sem adentrarmos em diferenças teóricas para cada teoria da Terminologia, vamos adotar a percepção daquela que inaugurou os estudos terminológicos, a Teoria Geral da Terminologia (TGT), do engenheiro austríaco Eugen Wüster (1898-1977).

Para a TGT, o termo, enquanto signo linguístico, não se compõe de conteúdo e de expressão indissociavelmente ligados. Para essa corrente teórica, o conceito precede a expressão e essas duas facetas são independentes uma da outra. Devido à tônica normalizadora dessa linha teórica, o conceito deve ser estabelecido de antemão e, só então, deve-se procurar a expressão linguística que mais adequadamente designe o conteúdo terminológico em questão.

O conceito é considerado pela TGT como um conjunto de traços característicos relevantes de um objeto e é compreendido como algo universal e imutável (Barros, 2006, p. 22).

Compreendida a ideia de "conceito" para a Terminologia, vamos nos aprofundar em seu principal objeto, o "termo", incluindo a "definição", também chamada de "definição terminológica" (DT).

De acordo com Lara,

[...] o objeto da Terminologia é a unidade terminológica - o termo - nos seus aspectos linguísticos, cognitivos e pragmáticos. Os termos constituem um subconjunto de signos linguísticos relativos a uma área conceitual e utilizados na comunicação especializada.

Os termos são diferentes das palavras se considerarmos que são

unidades usadas nos discursos de especialidade (discurso das ciências e das técnicas). Quando se fala em palavra, a referência é a língua nas suas diversas possibilidades de uso. Quando se fala em termo, fala-se em palavras utilizadas em situações particulares de comunicação. Nos dias de hoje, debate-se sobre a pertinência em separar o universo dos termos do universo das palavras, mas aceitemos, por ora, a distinção, ao menos para compreendermos melhor as suas funções (Lara, 2005, p. 2-3, grifo nosso).

Já em relação à definição terminológica, Para Krieger e Finatto,

[...] a DT, ao lado do termo, passou a constituir um foco de interesse das teorias da Terminologia: pela definição é possível observar tanto a linguagem quanto o conhecimento especializado num processo de evolução e alteração, evidenciando a DT como elemento de sustentação tanto para as terminologias quanto para as linguagens especializadas em geral (Krieger, Finatto, 2004, p. 95).

A fundamentação teórica aqui apresentada nos faz constatar, então, que o "conceito", ou "noção", refere-se a uma concepção abstrata composta de atributos referentes a uma ideia ou um objeto. Em outras palavras, compreendemos que o conceito, sobretudo em áreas de especialidade, é aquilo que está presente na ideia e no imaginário dos especialistas, podendo se manifestar através da oralidade, mas também se expressar em instrumentos técnicos e especializados, por exemplo. Já o "termo", juntamente da "definição", pode vir a ser a materialização léxica dessa concepção.

Todavia, nesse processo de significação entre o conteúdo e a expressão, podem ocorrer falhas que venham a representar uma incompletude na construção da estrutura definitiva. Ou, ainda, revisões necessárias advindas de ampliações e renovações conceituais que estão inseridas no dia a dia da comunicação especializada. É como, então, se o conceito fosse a inauguração daquilo que vai estar enunciado no termo e sua definição.

Assim, por meio dessa constatação, tomamos por base a análise que se segue, uma vez que o "conceito", em uma área de especialidade, pode ser entendido enquanto o significado e o "termo" enquanto o signo.



3 RESULTADOS E ANÁLISE

3.1 "Avaliação" e "seleção" na Arquivologia brasileira

A aparição dos termos "avaliação" e "seleção" na terminologia arquivística pode, por si só, já permitir uma análise definitória que expressa, de forma significativa, a falta de um padrão conceitual relacionado a essas ideias. O quadro a seguir apresenta a definição desses termos em cada um dos dicionários terminológicos que aqui selecionamos.

Quadro 1: Os termos "avaliação" e "seleção"

	Camargo e Bellotto (1996)	Arquivo Nacional (2005)
avaliação	Processo de análise de arquivos , visando a estabelecer sua destinação de acordo com os valores que lhes forem atribuídos. (p. 11, grifos das autoras)	Processo de análise de documentos de arquivo , que estabelece os prazos de guarda e a destinação , de acordo com os valores que lhes são atribuídos. (p. 41, grifos do autor)
seleção	Ver: avaliação . (p. 69, grifo das autoras)	Separação dos documentos de valor permanente daqueles passíveis de eliminação , mediante critérios e técnicas previamente estabelecidos em tabela de temporalidade . (p. 152, grifos do autor)

Fonte: elaborado pelo autor

Em um primeiro julgamento sobre as definições retratadas no quadro 1, podemos estabelecer alguns pontos de análise:

- Os grifos representam termos isolados nas obras terminológicas;
- Na definição de "avaliação" ambos os dicionários a demarcam como um processo;
- Ainda sobre a "avaliação", destacamos o uso do termo "destinação" nas duas definições que, nesse sentido, acreditamos merecer uma análise individualizada;
- Por último, na definição de "avaliação", para o Arquivo Nacional (2005), observamos a presença do conceito de "prazo de guarda" que assume a figura de um termo no mesmo dicionário e de termo similar no dicionário de Camargo e Bellotto (1996), termos esses que serão analisados isoladamente;
- Sobre o termo "seleção", Camargo e Bellotto (1996) não reconhecem esse como um termo aceito, uma vez que se utilizam da remissiva "Ver";

- Já para o Arquivo Nacional (2005), o termo “seleção” não só é aceito, como também é definido enquanto uma ação, a de separar documentos.

No segundo ponto, o primeiro da lista que cabe debate; percebemos que “processo” não assume a figura de um termo específico nos dois dicionários terminológicos, o que nos faz acatar a definição para essa palavra no léxico geral. Nessa perspectiva, “processo” é, então, uma “ação ou operação contínua e prolongada de alguma atividade; curso, decurso, seguimento” ou uma “sequência contínua de fatos ou fenômenos que apresentam certa unidade ou se reproduzem com certa regularidade; andamento, desenvolvimento” (Michaelis, 2018, não paginado).

Contudo, em uma e na outra definição atribui-se a ideia de “processo de análise” que visa estabelecer prazos de guarda e destinação de documentos de arquivo, o que nos leva a concluir que, na perspectiva de ambas, a avaliação parece ser mais um processo intelectual do que um processo efetivamente mecânico. Vale ressaltar que nossa conclusão reside na escolha da palavra “análise”, que remete a um estudo minucioso sobre os documentos de arquivo, ou seja, após os documentos serem analisados, eles têm seus prazos de guarda e suas destinações definidas, mas não propriamente aplicadas.

Em relação ao terceiro ponto, cabe, primeiramente, apresentar as definições das mesmas obras terminológicas para o termo “destinação”, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: O termo “destinação”

Camargo e Bellotto (1996)	Arquivo Nacional (2005)
Em decorrência da avaliação, encaminhamento dos documentos à guarda temporária ou permanente, à eliminação e/ou à reprodução. (p. 23)	Decisão, com base na avaliação, quanto ao encaminhamento de documentos para guarda permanente, descarte ou eliminação. (p. 68)

Fonte: elaborado pelo autor

Observando as duas definições do Quadro 2, apreendemos que, na desenvolvida por Camargo e Bellotto (1996), a “destinação” está mais voltada ao ato de encaminhar um documento de arquivo para guarda temporária ou permanente, para a eliminação e/ou para a reprodução após a avaliação. Ou seja, sob o ponto de vista das autoras, a avaliação seria, assim, mais do que puramente uma análise, mas também o ato de separar e encaminhar documentos de arquivo que serão destinados. Todavia, conforme já apresentamos, a própria definição de “avaliação” no dicionário delas parece, por si só, não sustentar essa percepção, sendo necessário recorrermos à definição de “destinação” para que possamos ampliar o entendimento conceitual.

As autoras escolhem o verbo “estabelecer” quando se referem ao produto do



processo de análise de arquivos, a destinação, verbo esse que pode traduzir significado dúbio, uma vez que, nesse sentido, pode se referir tanto à determinação da realização de algo quanto ao desenvolvimento de algo. Nos restando questionar se, na avaliação, os arquivos têm sua destinação apenas meramente determinada ou também têm sua destinação efetivamente desenvolvida, executada.

Já para o Arquivo Nacional (2005), a "destinação" é uma decisão que vai amparar o efetivo encaminhamento de um documento de arquivo para a guarda permanente, descarte ou eliminação. A diferença crucial entre as duas definições é que na de Camargo e Bellotto a fórmula parece ser: avalia – destina; e na do Arquivo Nacional (2005), uma vez que esse dicionário assume a existência do termo "seleção", parece ser: avalia – destina – seleciona.

Em relação ao quarto ponto, citamos as definições de ambos os dicionários para os termos "prazo de retenção" e "prazo de guarda", respectivamente, tidos enquanto sinônimos.

Quadro 3: As definições de "prazo de retenção" e "prazo de guarda"

Camargo e Bellotto (1996)	Arquivo Nacional (2005)
Período definido na tabela de temporalidade, durante o qual os documentos permanecem no arquivo corrente e no arquivo intermediário. (p. 61)	Prazo, definido na tabela de temporalidade e baseado em estimativas de uso, em que documentos deverão ser mantidos no arquivo corrente ou no arquivo intermediário, ao fim do qual a destinação é efetivada. Também chamado período de retenção ou prazo de retenção. (p. 135)

Fonte: elaborado pelo autor

Embora com termos distintos, as definições do Quadro 3 podem ser encaradas enquanto significativamente similares. Isso porque ambas falam que esse prazo é aquele contido na tabela de temporalidade no qual são determinados os períodos de permanência de documentos de arquivo nas fases corrente e intermediária. A distinção mais relevante reside na definição do Arquivo Nacional (2005), onde fica claro que a destinação de um documento de arquivo só é efetivada após transcorrência do prazo de guarda.

Sobre tais definições, contudo, não nos cabe maiores linhas de análise, a não ser pelo fato de que, ao compararmos com o termo "avaliação", a definição do Arquivo Nacional (2005) se preocupa em mostrar que a avaliação documental é um processo focado no estabelecimento não só da destinação de documentos de arquivo, como também de seus prazos de guarda. Nos fazendo assim questionar se, para Camargo e Bellotto (1996), os prazos de guarda/retenção de documentos de arquivo não são

estabelecidos no processo de avaliação.

Partindo aos dois últimos pontos de análise, explicitamente sobre o termo “seleção”, onde podemos perceber que para Camargo e Bellotto (1996) o uso desse termo não é indicado, mas sim o termo “avaliação” em substituição. E que, para o Arquivo Nacional (2005), essa vem ser uma etapa onde os documentos são efetivamente selecionados, quando os critérios de destinação estabelecidos previamente em uma tabela de temporalidade são definitivamente aplicados após cumprirem-se os prazos de guarda dos documentos de arquivo.

Uma vez elucidadas as questões terminológicas pertinentes aos termos “avaliação” e “seleção”, que vão servir como pano de fundo à observação que se segue, vamos buscar a materialização conceitual para esses termos, agora tidos enquanto ideias, em instrumentos voltados às práticas arquivísticas. Cabe explicitar que, sob nosso ponto de vista, a melhor forma de expressar aquilo que se encontra no senso comum e na comunicação especializados, ou seja, os conceitos; acaba por ser através dos instrumentos de gestão, uma vez que, mesmo baseados em obras terminológicas, se ocupam em ser a materialização da concepção abstrata aplicada às práticas especializadas.

Conforme já colocado, a escolha desses instrumentos visa seguir uma linha de investigação análoga à escolha dos dicionários terminológicos, não por serem esses instrumentos “principais” como os dicionários, mas por terem sido produzidos no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, bem como as obras terminológicas aqui estudadas.

Os instrumentos citados são o “Gestão documental aplicada” (Bernardes, 2008), do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), e o “Manual de gestão de documentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro” (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012), do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ). Isto posto, o Quadro 4 expressa as conceituações para “avaliação” e “seleção” em cada instrumento.

**Quadro 4:** Os conceitos de "avaliação" e "seleção"

	Bernardes (2008)	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (2012)
avaliação	A avaliação documental é um processo multidisciplinar de análise que permite a identificação dos valores dos documentos, para fins da definição de seus prazos de guarda e de sua destinação final (eliminação ou guarda permanente). [...] Objetivos e benefícios da avaliação documental: Identificar os valores imediatos e mediatos dos documentos; Definir os prazos de guarda e a destinação dos documentos; Elaborar a Tabela de Temporalidade de Documentos; Agilizar a recuperação dos documentos e das informações; Reduzir a massa documental acumulada; Liberar espaço físico; Dar visibilidade e preservar os documentos de guarda permanente; Autorizar a eliminação criteriosa de documentos; Estimular a pesquisa e uso de dados retrospectivos. (p. 35-36)	Consiste na análise dos documentos de arquivos visando estabelecer sua destinação de acordo com os valores que lhes forem atribuídos. Os documentos podem ser encaminhados para: descarte quando não servirem à administração; transferência para arquivo intermediário para cumprir prazo de guarda; recolhimento para guarda permanente. (p. 63)
seleção	Não consta.	Separação física dos conjuntos documentais com vistas ao cumprimento de sua destinação. (p. 68)

Fonte: elaborado pelo autor

Os conceitos apresentados no quadro acima nos possibilitam tecer a compreensão de que, a terminologia de uma área (incluindo os termos e suas definições) pode não ser capaz de materializar com magnitude todo o sentido que um conceito é capaz de significar. Essa compreensão se justifica, pois, a partir do trecho citado de Bernardes (2008), percebemos o quanto a avaliação é um processo muito mais complexo e completo do que os próprios dicionários terminológicos definem.

Obviamente também, podemos perceber algumas semelhanças entre os conceitos e as definições terminológicas, como o fato de o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (2012) reconhecer a existência do conceito de "seleção" assim como o Arquivo Nacional (2005) reconhece a existência desse termo. Em parelho, portanto, tanto Bernardes (2008) quanto Camargo e Bellotto (1996) não aceitam a seleção enquanto um termo ou um conceito, muito embora Camargo e Bellotto (1996) se preocupem em dizer que esse termo existe, mas que deve ser substituído por "avaliação", conforme já observamos.

Como última e pertinente análise, captamos que, para Bernardes (2008) de fato

a “avaliação” é um processo intelectual e prático, uma vez que, segundo a própria autora, tem como objetivo elaborar a Tabela de Temporalidade de Documentos e, também reduzir a massa documental acumulada. Já para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (2012) percebe-se uma complementação do conceito de “avaliação” com o de “seleção”, uma vez que um se preocupa em estabelecer a destinação e o outro em cumprir efetivamente essa.

Indo além de nosso escopo de estudo, mas servindo como mais um aspecto de base conceitual, recorreremos à terminologia arquivística estrangeira, especialmente em língua inglesa, para compreender qual a definição aplicada ao termo “avaliação”, em inglês “*appraisal*”, que, para Pearce-Moses (2005, p. 22, tradução nossa, grifos nossos) pode ser entendida enquanto:

1. Processo de identificação do valor na entrada de documentos de arquivo doados a uma instituição arquivística. – **2. Processo de determinação do prazo de guarda de documentos de arquivo, com base nos requisitos legais e no uso atual e potencial.** – 3. Processo de determinação do valor de mercado de um item; avaliação monetária.

Assumindo apenas a segunda definição do trecho acima como a que se iguala à definição brasileira, compreendemos que parece unânime o entendimento de que a avaliação é um processo de análise que permite a determinação do prazo de guarda de documentos de arquivo, visando também o estabelecimento de sua destinação. Contudo, obviamente, parece claro que não há um padrão mundial, e nacional, para a concepção desse termo, o que, de acordo com Heredia Herrera (1988, p. 168), citada por Bellotto (2007, p. 54, grifos nossos), pode ser assim explicado:

Chegar à unificação é bastante complexo, porquanto serem as práticas arquivísticas bastante marcadas pelas tradições culturais e administrativas de cada país e é por isso que às vezes é difícil traduzir termos arquivísticos de uma para outra língua, ao ser freqüente que as mesmas palavras não se referem sempre a realidades parecidas ou equivalentes e também porque se tem usado com excessiva freqüência termos específicos de outras disciplinas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem nos comprometermos em esgotar o debate que aqui iniciamos, defendemos que toda essa problematização merece não só uma análise conceitual e terminológica, mas também uma análise epistemológica. Análise essa que deve



considerar a centralidade das funções arquivísticas na Arquivologia e, por isso, não reduzir nenhuma dessas funções em definições que se limitem a dizer menos do que essas realmente são.

Acreditamos, assim, que uma questão substancial que deve ser levantada aqui é a de que se a "avaliação" vem a ser uma função meramente intelectual ou se, além disso também pode ser encarada como uma função prática. Em outras palavras, na "avaliação" o trabalho se encerra na elaboração da tabela de temporalidade de documentos, após minuciosos estudos sobre o organismo produtor, seu funcionamento, os tipos documentais que são produzidos, seus prazos de guarda e suas destinações? Ou então, a "avaliação" também representa o momento no qual os documentos são de fato, transferidos ao arquivo intermediário e, posteriormente, eliminados ou recolhidos para a guarda permanente?

Essa questão se fundamenta pois, para aqueles que não são profissionais de arquivo, ou arquivistas, é primordial que conceitos, termos e definições estejam bem estabelecidos. Isso porque, como bem sabemos, as práticas arquivísticas em órgãos ou empresas geralmente estão associadas à setores não especializados e gestores que não possuem formação na área e, ainda, porque a gestão de documentos é uma "tarefa" de apoio à administração e aos produtores de documentos. Assim, defendemos que a terminologia arquivística deve ser capaz de possibilitar uma ampla compreensão dos conceitos e termos da área.

Por último, e não menos importante, é pertinente citar os malefícios que a falta de um consenso e consequente padronização terminológica pode trazer para as práticas em arquivos. Numa busca superficial na internet, nos utilizando dos termos "dicionário arquivística", "dicionário arquivologia", "terminologia arquivística" e "terminologia arquivologia" teremos, se não como primeiro, como segundo resultado, o dicionário de terminologia do Arquivo Nacional (2005). Esse fato, portanto, pode significar a adoção de uma escolha conceitual em detrimento de outra, sendo ainda pior quando imaginamos qual deveria ser a adequada, situação que se sustenta pela inexistência de um amplo debate nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Manual de gestão de documentos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

BARROS, Lídia Almeida. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, abr./jun. 2006.

BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de Terminologia**. São. Paulo: USP, 2004.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. A Terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 47-56, jan./dez. 2007.

BERNARDES, Ieda Pimenta (Coord.). **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BOUTIN-QUESNEL, R. *et al.* **Vocabulaire systématique de la terminologie**. Québec: Publications du Québec, 1985.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. (Coords.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado de Cultura, 1996.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Terminología archivística. *In*: HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística: teoría y practica**. Sevilla: Diputación Provincial, 1988.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual Archival Terminology**. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

KRIEGER, Maria Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. **Elementos de terminologia**: apostila para uso didático. São Paulo: ECA/USP, 2005.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Angela Borém de Oliveira. Buscando uma definição para o conceito de "conceito". **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 54-87, abr./jun. 2017.

MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015.

PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Les fondements de la discipline archivistique**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1994.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. *In*: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto C.; SOUSA, Renato T. B. de (org.). **Arquivística: temas contemporâneos**. Brasília, DF: Senac, 2007. p. 175-223.



Recebido em 08/11/2023

Aprovado em 25/04/2025



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>